

11 e 12 de abril: um ensaio. Golpe e terrorismo de estado na Venezuela do século XXI.

Vicente Neves da Silva Ribeiro / UFRGS¹

Resumo: Esta comunicação visa inserir no marco da reflexão sobre as ditaduras de segurança nacional a mais recente experiência de terrorismo de Estado da América Latina: o breve governo de Pedro Carmona na Venezuela. Apesar de sua limitada duração, tal governo concentra em suas 47 horas uma série de características que permitem identificar práticas e tendências que apontam neste sentido. Tal experiência demonstra a permanência da utilização do terrorismo de estado como mecanismo de restabelecimento da correlação de forças a favor dos setores dominantes. Nesta comunicação detalham-se as principais práticas que nos permitem conceitualizar este processo como terrorismo de estado utilizando para isto diversas fontes, como os materiais organizados e produzidos pela Defensoria do Povo, a Associação das Vítimas do 11 de abril e o grupo de direitos humanos Provea, além de diversos materiais hemerográficos e audiovisuais. Busca-se produzir por fim uma reflexão sobre as transformações e continuidades entre os regimes repressivos da segunda metade do século XX e do início do século XXI.

Palavras-Chave: Venezuela, Golpe de Estado de 2002, Terrorismo de Estado.

Esta comunicação visa analisar a atualidade do golpe e do terrorismo de estado como mecanismos para o restabelecimento de determinada correlação de forças entre as classes frente a conjunturas nas quais os interesses dos setores dominantes se vêem ameaçados. O eixo de nossa análise serão as práticas repressivas implementadas durante o breve governo de Pedro Carmona buscando caracterizar seu caráter e dinâmica. Compreender a atualidade destes mecanismos de repressão é de suma importância tendo em vista que a conjuntura na qual estes são utilizados, períodos de fortalecimento dos setores populares que colocam em risco os setores dominantes, marca atualmente a conjuntura da América Latina. Apesar de não ser o objetivo desta comunicação realizar uma análise detalhada da insurreição de 13 de abril, analisaremos alguns dos seus aspectos principalmente no que se refere à pressão exercida pela insurreição sobre as unidades militares.

O contexto da disputa

Inicialmente é necessário contextualizar o golpe de estado para compreender seus objetivos e poder identificar o marco no qual se inserem suas práticas repressivas.

A Venezuela diferenciou-se de muitos países da América do Sul que durante a segunda metade do século XX foram submetidos a ditaduras de segurança nacional. A Venezuela, ao contrário entre 1958 e 2002 caracterizou-se pela ausência de rupturas constitucionais, sendo

¹Mestrando em História. Bolsista Capes.

2

as recentes mudanças que configuraram um novo regime (definido pelo seus defensores como Quinta República) realizadas através dos mecanismos institucionais existentes. Vale destacar que o período do Pacto de *Punto Fijo* (1958-1998) caracterizou-se por períodos de forte repressão. Entre estes destacamos os anos 1960, auge da luta guerrilheira na Venezuela. Segundo Agustín Arzola, a repressão deste período ostenta a triste marca de inaugurar a prática do desaparecimento político².

Outro momento de aguda e intensa repressão foram os dias do Caracazo, nos quais milhares de pessoas foram assassinados pelo Estado. Após ser eleito novamente para a presidência³, Carlos Andrés Pérez aplica em seus primeiros dias de governo um pacote de medidas acordado com o FMI que, entre outras medidas, aumentava em 100% o preço interno da gasolina. Quando a população foi obrigada a pagar os novos preços do transporte público, eclodiu a revolta. Carlos Andrés Pérez decreta a suspensão das garantias constitucionais e o Exército tomou as ruas de Caracas para reprimir, deixando um saldo de mais de três mil mortos.

A partir do Caracazo é aberto um período de disputa hegemônica. Neste momento, as disputas sociais mais importantes do país pautam de maneira permanente, com mais ou menos força, a disputa pelo poder. Em artigo de Margarita López-Maya e Luís Lander, estes autores analisam o protesto social venezuelano desde a década de 1970 até o ano de 2005 verificando que a diferença dos protestos no período de crise do Pacto de *Punto Fijo* é a quantidade de protestos políticos em relação aos protestos econômicos. Tal aumento é uma das expressões do período de disputa hegemônica⁴.

O ano de 1992 é marcado pelas insurreições militares contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Apesar de seu fracasso estas projetam a liderança militar bolivariana, especialmente o tenente-coronel Hugo Chávez Frías, enquanto referência para amplos setores da população. Este movimento transforma-se em um amplo movimento popular que consegue vencer as eleições de 1998.

²ARZOLA CASTELLANOS, Agustín. *La desaparición forzada en Venezuela. 1960-69*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2005.

³Carlos Andrés Pérez havia sido presidente da Venezuela entre 1974 e 1979. Seu governo aconteceu durante a alça dos preços internacionais do petróleo e no qual foi realizada a nacionalização do petróleo e de diversos ramos da economia venezuelana. Apoiando-se nesta lembrança, é eleito presidente em meio à crise econômica dos anos 80.

⁴LANDER, Luís; LÓPEZ-MAYA, Margarita. Novedades y continuidades en la protesta popular en Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 12, n. 1, p. 11-30, 2006.

3

Durante o ano de 1999 com a aprovação da nova Constituição, os ataques da oposição ao governo já se faziam presentes, porém não tinham a contundência que teriam a partir de 2001. Durante este ano os setores dominantes começam a articular-se, alcançando um forte grau de unidade e organização ao final deste ano.

O ano de 2001 é decisivo, pois nele são decretadas 49 Leis Habilitantes pelo executivo entre as quais se destacam as leis de terras, pesca e hidrocarbonetos. Tais leis concretizavam uma série de princípios expressos na nova Constituição, enfrentando-se com parcelas importantes dos setores dominantes. Expressão disso é o nível de organização e mobilização destes setores que se demonstra com clareza no primeiro locaute nacional empresarial, em dezembro de 2001. A partir deste momento, a disputa pelo poder no país se radicaliza, culminando em abril de 2002 com o golpe de estado.

O início do ano de 2002 foi marcado por fortes mobilizações tanto dos partidários do governo quanto da oposição. O cenário privilegiado de disputa nos primeiros meses do ano foram as ruas de Caracas, sobretudo como disputa de datas emblemática da história recente da Venezuela. Entre estas destacamos o dia 23 de janeiro, data na qual em 1958 foi derrubada a ditadura de Marcos Pérez Jimenez. Além desta destacam-se a ocorrência de manifestações concorrentes nos dias 4 e 27 de fevereiro, respectivamente a data da insurreição militar comandada por Chávez e da eclosão do Caracazo.

Junto a este cenário de mobilização de rua, teve início o *goteo militar*, um golpe a contagotas, na qual oficiais das Forças Armadas emitiam pronunciamentos contrários ao presidente Chávez, lançando assim um conjunto de senhas para dentro e para fora dos quartéis sobre o golpe que se avizinhava⁵.

Outro conjunto de atores que cumpririam um destacado papel nesta conjuntura seria os grandes meios de comunicação. A Defensoria do Povo analisou que estes meios passaram a intervir de forma aberta como atores políticos ativos no bloco opositor, fato este que segundo

⁵“El 07.02.02, el Coronel (Av.) Pedro Soto solicitó públicamente la renuncia del Presidente de la República⁴² y a las pocas horas hizo lo mismo, el Capitán (GN) Pedro Flores. Al día siguiente, lo hizo el Teniente Coronel (Av.) Hugo Sánchez; el 14.02.02, intervino en igual sentido el General (Ej.) Guaicaipuro Lameda y el 18.02.02, el Contralmirante Carlos Molina Tamayo. El 21.02.02 el General (Ej.) Ovidio Poggioli, pedía su baja y corrieron rumores de un pronunciamiento del General (Ej.) Enrique Medina Gómez, quien se encontraba como agregado militar en Washington. Estos pronunciamientos fueron celebrados por la oposición y los militares recibidos como líderes políticos”. PROVEA. *Situación de los Derechos Humanos em Venezuela. Informe Anual: Octubre 2001 / Septiembre de 2002*. Caracas, 2002, p. 24.

4

o informe produziu uma situação na qual “*se vio severamente restringido el libre flujo de ideas y opiniones*”⁶.

O golpe

Conforme analisamos acima, o final de 2001 marca o início de uma disputa aberta pelo controle do Estado, na qual cumpria um papel central o controle do petróleo através da empresa nacional do ramo, Petróleos de Venezuela S.A.. O contexto de conflito aberto vivido na empresa entre o governo e a gerência da empresa é a parte mais visível desta disputa. Por um lado o governo afirma seu direito de nomear a junta diretiva da empresa e desenhar as políticas para o setor, por outro a gerência da empresa busca contrapor à politização imposta pelo governo à meritocracia que justifica seu poder. Em poucas palavras, a questão “quem manda no petróleo” estava colocada com toda sua radicalidade. Este conflito é o articulador da ação da classe dominante que a partir do final de 2001 passa a atuar de maneira decidida e cada vez mais unida para derrubar o governo de Hugo Chávez. O detonador dos últimos momentos desta disputa foi as demissões de sete altos gerentes de PDVSA pelo Executivo.

Esta demissão é anunciada no domingo 7 de abril durante o programa presidencial Alô Presidente. Neste mesmo dia os líderes da oposição se reuniram e convocaram uma paralisação em todo país em solidariedade aos gerentes demitidos. Na segunda-feira, 8 de abril, a paralisação convocada para o dia 9, é a grande questão em disputa entre os porta-vozes do governo e da oposição. No primeiro dia de paralisação, esta não alcança a contundência da primeira paralisação da oposição de dezembro de 2001. Após o segundo dia, esta é ampliada e declarada indefinida. No dia seguinte, uma imensa marcha da oposição caminha desde o leste da cidade até a sede de PDVSA.

A partir deste momento é colocado em movimento o plano do golpe de estado. A marcha da oposição é desviada para Miraflores, onde milhares de partidários do governo estavam concentrados. Quando a marcha chega ao centro da cidade, diversos manifestantes de ambas as concentrações são alvejados por franco-atiradores. Estes mortos seriam utilizados pelos porta-vozes da oposição em seus diversos segmentos (militares, empresários, meios de comunicação, etc.) para desconhecer a autoridade do governo Chávez e exigir sua renúncia.

⁶DEFENSORÍA DEL PUEBLO. Sucesos de Abril de 2002 (Informe Preliminar). Caracas, 2002. <http://www.defensoria.gob.ve/lista.asp?sec=1401> .

12 de abril: nova ordem e repressão

O primeiro dia do novo governo, 12 de abril, se caracterizou pelo estabelecimento do novo regime e pela formação de um novo governo. Também foi neste dia que são colocadas em prática um conjunto de medidas repressivas, objeto principal desta comunicação.

O primeiro e único decreto do governo de Pedro Carmona, emitido neste dia, caracteriza-se por um autoritarismo jurídico pouco visto de maneira tão explícita inclusive em outros governos ditatoriais. Nele são suspensos de seus cargos todos os deputados da Assembléia Nacional bem como

se destituyen de sus cargos ilegítimamente ocupados el presidente y demás magistrados del Tribunal Supremo de Justicia, así como el Fiscal General de la Republica, al Contralor General de la Republica, al Defensor del Pueblo y a los miembros del Consejo Nacional Electoral⁷

As leis habilitantes promulgadas em novembro de 2001 são revogadas e o presidente assume plenos poderes para destituir e nomear qualquer funcionário público.

El Presidente de la República en Consejo de Ministros podrá renovar y designar transitoriamente a los titulares de los poderes públicos, nacionales, estatales y municipales para asegurar la institucionalidad democrática y el adecuado funcionamiento del Estado de Derecho; así como los representantes de Venezuela ante los parlamentos andinos latino-americanos⁸.

O primeiro decreto do novo governo se caracteriza pela profundidade de suas disposições, que em um único documento removiam os principais representantes dos poderes públicos do país. Para assegurar a construção do novo regime desenhado neste decreto seria fundamental medidas repressivas em distintos níveis.

Nesta comunicação, a análise da repressão será dividida em três níveis. Primeiro a repressão a manifestações de rua; segundo, a repressão seletiva a lideranças populares entre as quais destacamos em um terceiro ponto a repressão aos altos funcionários do chavismo, pela diferença de objetivos encontrados nesta repressão.

Desde o dia 12 de abril, diversas manifestações de rua ocorreram contra o novo regime, exigindo a volta do presidente eleito. A dúvida sobre a renúncia do presidente, o impacto das acusações repetidas centenas de vezes da responsabilidade do chavismo nas mortes do dia anterior eram elementos que contribuía para a confusão.

⁷ACTA DE CONSTITUCIÓN DEL GOBIERNO DE TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA Y UNIDAD NACIONAL. *Artigo 8º.*

⁸Idem, *Artigo 7º.*

6

As primeiras manifestações contra o novo regime começaram a acontecer nas primeiras horas da noite do dia 12, concentrando-se principalmente ao redor dos bairros populares, sendo reprimidas pela Polícia Metropolitana. Como seria uma constante o longo destes dias, inclusive no 13 de abril, os meios de comunicação massivos, com exceção de alguns jornais, não divulgaram a ocorrência destas⁹. Vale destacar que esta repressão foi efetuada pelos órgãos policiais, sobretudo pela polícia vinculada a Prefeitura de Caracas (Distrito Capital), não havendo atuação das Forças Armadas neste sentido, fato este que analisaremos a seguir.

Junto com esta repressão massiva, segundo o Informe da Defensoria do Povo, verificou-se a ocorrência desde as primeiras horas do novo regime de uma repressão seletiva. Conforme afirma o Informe: *“Desde la madrugada del 12 de abril, distintos cuerpos de seguridad practicaron allanamientos y detenciones de funcionarios del gobierno derrocado, ciudadanos afectos al gobierno y medios de comunicación comunitarios”*¹⁰.

A matriz de opinião a partir da qual é dado o golpe é justamente a imagem de militantes chavistas disparando associadas a imagens dos mortos na manifestação de oposição. Assim, os meios de comunicação, articulados com o golpe difundem de forma permanente em todos os grandes canais privados (RCTV, Globovisión, Venevisión) que os militantes dos círculos bolivarianos, seguindo ordens expressas do presidente Chávez, haviam disparado contra uma manifestação pacífica da oposição. Tal matriz foi utilizada tanto para consumir o golpe quanto para justificar a repressão do dia seguinte aos militantes chavistas. Tomando como pretexto a busca dos “assassinos” e seus mandantes, tanto altos funcionários do governo quanto militantes chavistas tiveram suas casas invadidas na busca pelas armas dos círculos bolivarianos.

Os círculos bolivarianos são neste momento o grande objetivo expresso da repressão policial. Vale destacar o caráter e a amplitude de tal organização. No ano de 2001, Hugo Chávez convoca à conformação dos círculos bolivarianos para solidificar o apoio ao projeto de transformação por ele encabeçado. Esta era a denominação dos espaços de reunião do Movimento Bolivariano Revolucionário, organização fundada por Chávez, inicialmente militar, que após as insurgências militares do ano de 1992, passam a se constituir em uma

⁹DEFENSORÍA DEL PUEBLO. Sucesos de Abril de 2002-Informe Preliminar. Caracas, 2002. <http://www.defensoria.gob.ve/lista.asp?sec=1401> . “En horas de la noche, se iniciaron protestas contra el gobierno de facto en distintas zonas del área metropolitana de Caracas y otras ciudades del interior del país, las cuales fueron reprimidas por las fuerzas de seguridad, y no tuvieron cobertura en los medios de comunicación masiva”.

¹⁰Idem.

7

organização de massas. O chamado à reorganização destes círculos vem em um momento no qual o governo se preparava para uma ofensiva com as leis habilitantes.

A breve explicação acima resulta necessária para compreender as dimensões possíveis da repressão contra 200 mil círculos que abarcavam entre 1 a 2 milhões de pessoas. Isto é, o objetivo da repressão abarcava o conjunto dos apoiadores mais ativos do processo revolucionário.

Esta repressão além das pessoas que atingia diretamente cumpria como função gerar um clima de medo que não permitisse que os vínculos existentes entre as distintas organizações do campo bolivariano possam ser ativar-se para resistir ao novo regime.

Para a construção deste clima, destaca-se a repressão aos altos funcionários cujo impacto indireto foi amplificado por serem televisados. Configura-se assim através da articulação dos órgãos de repressão com os meios de comunicação massivos a montagem de uma repressão-show. Os casos mais exemplares foram as prisões dos deputados Tarek William Saab e do Ministro Rodriguez Chacín.

No caso da repressão aos militantes do campo bolivariano destacam-se as invasões de rádios comunitárias, evidenciando uma clara estratégia de manter o bloqueio informativo no qual estava a população venezuelana. Vale destacar que segundo Provea, durante o período do golpe, foram reportados cinco casos de tortura¹¹.

Del total de denuncias por torturas, el mayor porcentaje involucra a funcionarios del Cicpc [Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas], mientras que en menor número se señala a agentes pertenecientes a la Policía Metropolitana. Es importante destacar que algunos testimonios dan cuenta de que dichos abusos se cometieron con el objetivo de obtener información sobre el paradero del alcalde del Municipio Libertador, ciudadano Freddy Bernal, o lograr testimonios sobre los miembros de los Círculos Bolivarianos y sus actividades, así como la ubicación de armamento¹².

Como pode ser evidenciado, as práticas repressivas implementadas durante este período buscavam desarticular potenciais reações ao golpe de estado, voltando-se, portanto para a repressão os setores populares, com especial ênfase sobre suas lideranças. Tais práticas repressivas não são uma novidade para os corpos repressivos, como atestam no caso da

¹¹PROVEA. *Situación de los Derechos Humanos em Venezuela. Informe Anual: Octubre 2001 / Septiembre de 2002*. Caracas, 2002, p. 341.

¹²DEFENSORÍA DEL PUEBLO. *Sucesos de Abril de 2002-Informe Preliminar*. Caracas, 2002. <http://www.defensoria.gob.ve/lista.asp?sec=1401> .

8

Venezuela os informes anuais elaborados por Provea sobre a situação dos direitos humanos, entretanto, neste momento esta ação se amplia e se intensifica.

Insurreição do 13 de abril

O objetivo desta comunicação não é produzir uma análise exaustiva do 13 de abril, mas sim um análise que nos permita lançar luz sobre as características do regime em processo de consolidação criado pelo golpe e suas práticas repressivas.

O dia 13 de abril foi marcado por uma multifacetada insurreição que tomou as ruas de Caracas e das principais cidades do país. Tendo seu epicentro em Caracas, as manifestações se concentraram no palácio Miraflores, nos canais de televisão e nas guarnições militares.

Esta nova situação gerada pela insurreição popular, força tentativas de realinhamentos entre determinados setores golpistas, que condicionam seu apoio ao restabelecimento da Constituição. Estas movimentações se mostraram inúteis, pois com a insurreição nas ruas, o movimento não estava disposto a retroceder sem o atendimento de sua demanda central: a volta do presidente Chávez.

Uma das chaves para compreender a dinâmica e o desfecho do golpe foi a relação entre os setores populares e as Forças Armadas. Na análise da repressão dos dias 12 e 13 de abril brilham por sua ausência elementos que compõem o cenário básico de um golpe de estado vitorioso: as forças armadas.

Claramente as Forças Armadas estavam fraturadas. Se no seu Alto Comando os militares golpistas conseguem garantir uma unidade de ação completa, isto não pode ser verificado entre os estratos da oficialidade imediatamente inferiores. Justamente são estes generais e coronéis que detinham mando de tropas diretamente e poderiam cumprir um papel-chave na repressão. Entretanto, a oficialidade, para não mencionarmos as tropas, estava fraturada. Tal fratura levava à impossibilidade de neste momento as Forças Armadas serem utilizadas como uma imensa polícia capaz de, desde os primeiros momentos do golpe, tomar as ruas das principais cidades do país para impor o novo regime.

Existem diversas explicações para este fato entre as quais se destaca a que enfatiza a composição social das Forças Armadas venezuelanas, que é mais plebéia do que outras da região. Porém vale destacar que por suas características, a atuação das Forças Armadas dificilmente poderá ser compreendida absolutizando a influência da composição social. A

9

explicação para sua atitude neste momento está sobretudo na crise de hegemonia vivida pela Venezuela desde o final dos anos 1980 e seus reflexos nas Forças Armadas.

Vale destacar que a partir do Caracazo há uma crise nas Forças Armadas devido ao seu papel na cruenta repressão aos setores populares venezuelanos, com um saldo de 3 mil mortos. Este acontecimento marca uma profunda ruptura no imaginário da Venezuela, país que não passou durante as décadas de 1960 a 1980 por ditaduras de segurança nacional e aparentava ser um modelo de democracia pra a região.

A partir deste momento abre-se um período de crise de hegemonia, no qual a legitimidade do regime político passa a ser questionada de forma cada vez mais profunda. Tal crise apresenta diferentes expressões, como a perda de apoio dos principais sustentáculos partidários do regime, manifestando-se no aumento da abstenção e no aumento da votação de outros partidos. A crise de hegemonia não fica de fora das Forças Armadas, ao contrário a atravessa e gera o principal desafio ao regime durante o período.

Expressão desta crise foram as insurgências militares do ano de 1992, nas quais comandados pela média oficialidade organizada ao redor do Movimento Bolivariano Revolucionário-200, setores das Forças Armadas se sublevam contra o governo de Carlos Andrés Pérez. De maneira mais recente, após a posse do governo Chávez, o novo papel designado às Forças Armadas, sua vinculação com distintos programas sociais como o Plano Bolívar 2000, influenciou na dificuldade de utilizar as Forças Armadas na repressão durante o golpe.

Por fim, é necessário identificar os elementos da insurreição do 13 de abril que afetaram as Forças Armadas. Esta é muitas vezes descrita como espontânea, entretanto se não houve um espaço de comando nacional do contragolpe, está claro está que este se processa tomando como base as distintas organizações populares e as redes tecidas nos anos anteriores.

Junto com as grandes concentrações junto ao Palácio Miraflores e as sedes dos canais de televisão, um dos elementos importantes destes dias foi a pressão sobre as guarnições militares, particularmente sobre o Forte Tiúna, localizado em Caracas, e na Brigada de Páraquedistas de Maracay. Tal ação colocou estas unidades em um impasse no qual a neutralidade deixava de ser uma opção e força um pronunciamento seu em defesa da volta de Hugo Chávez ao poder.

Considerações finais

10

As causas da implementação de práticas terroristas pelo Estado estão profundamente relacionados à determinada correlação de forças entre as classes e a busca pelos setores dominantes de restabelecer sua supremacia sobre o conjunto da sociedade. Segundo Enrique Padrós:

O Terrorismo de Estado (TDE) vinculado à dinâmica capitalista é um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados¹³.

A ação dos setores dominantes entre os anos 2001 e 2003, alcançando seus pontos mais altos no golpe de abril de 2002 e na paralisação petroleira do final do mesmo ano demonstram que neste momento a classe dominante atuou com um alto grau de coordenação na defesa de seus interesses que se encontravam ameaçados pelo grau de protagonismo dos setores populares e pelas medidas tomadas pelo governo. Se estas medidas não eram anticapitalistas, elas atacavam os interesses dos principais setores da classe dominante, ocasionando sua reação enquanto classe. Vale destacar, que esta ação esteve profundamente vinculada e apoiada pelo governo dos Estados Unidos, o qual foi um ator importante para alcançar o alto grau de unidade da oposição¹⁴.

A amplitude das transformações propostas pelo novo regime ditatorial, necessárias para a garantia da supremacia dos interesses dos setores dominantes, implicava na adoção de novas práticas repressivas, em uma nova relação das forças repressivas com a sociedade em geral e, sobretudo com os setores populares.

Neste sentido as práticas repressivas implementadas sobretudo durante os dias 12 e 13 de abril devem ser encaradas como um ensaio de um novo regime em formação que estaria caracterizado pela prática do Terror de Estado como meio através do qual poderia sustentar-se.

Conforme identificamos acima, a grande deficiência do novo regime foi sua falta de apoio no conjunto das Forças Armadas e a insurreição popular desencadeada após o golpe, dois aspectos profundamente relacionados. A impossibilidade de transformar as Forças Armadas em uma imensa polícia e assim conter as manifestações populares selou seu destino.

¹³PADRÓS, Enrique Serra . Terrorismo de Estado e Luta de Classes: repressão e poder na América Latina sob a Doutrina de Segurança Nacional. In: XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007, São Leopoldo/RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

¹⁴GOLLINGER, Eva. O Código Chávez. Caracas: Monte Ávila Editores, 2005.

11

Bibliografia:

ARZOLA CASTELLANOS, Agustín. La desaparición forzada en Venezuela. 1960-69. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2005.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. Sucesos de Abril de 2002-Informe Preliminar. Caracas, 2002. <http://www.defensoria.gob.ve/lista.asp?sec=1401>

GOLLINGER, Eva. O Código Chávez. Caracas: Monte Ávila Editores, 2005.

LANDER, Luís; LÓPEZ-MAYA, Margarita. Novedades y continuidades en la protesta popular en Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 12, n. 1, p. 11-30, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado e Luta de Classes: repressão e poder na América Latina sob a Doutrina de Segurança Nacional. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

PROVEA. Situación de los Derechos Humanos em Venezuela. Informe Anual: Octubre 2001/Septiembre de 2002. Caracas, 2002.